

## **Brasil, a Antessala do Golpe: reformismo fraco, crise orgânica e geopolítica mundial**

Recebido: 22-08-2018

Aprovado: 31-10-2018

Marcos Aurélio da Silva<sup>1</sup>

### **Definindo a Crise Orgânica e seu Alcance Geográfico**

Gramsci se dedica a definir as características das crises orgânicas no parágrafo 23 do Caderno 13, intitulado *Noterelle sulla politica del Machiavelli*. Segundo se lê no parêntese que abre o parágrafo, trata-se de uma questão diretamente relacionada às “situações e relações de forças”, já apresentadas no parágrafo 17 do mesmo Caderno. Nas palavras de Gramsci, em certa ocasião de “sua vida histórica os grupos sociais se destacam dos seus partidos tradicionais”, vale dizer, “os partidos tradicionais segundo aquela forma organizativa, com aqueles homens que os constituem, os representam e os dirigem não são mais reconhecidos como expressão da sua classe ou fração de classe” (GRAMSCI, 1977, pp.1602-3). No momento em que estas crises “se verificam, a situação imediata torna-se muito delicada e perigosa, pois o campo fica aberto às soluções de força, à atividade das potências obscuras representadas pelos homens providenciais e carismáticos” (GRAMSCI, 1977, p. 1603). Como resultado, estas situações de “contraste entre representantes e representados” terminam por se refletir muito além do “terreno dos partidos” – uma realidade que para Gramsci não se limita às organizações partidárias “*in senso stretto*”, envolvendo antes todo o “campo eleitoral parlamentar” e até as “organizações jornalísticas” (GRAMSCI, 1977, p. 1603). Com efeito, estamos diante de crises que terminam por atingir “todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos independentes das flutuações da opinião pública” (GRAMSCI, 1977, p. 1603).

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP, com estágio de Pós-doutorado em Filosofia Política na Univerdsità degli Studi di Urbino (Itália). Contato: maurelio@cfh.ufsc.br

Sem muita dificuldade podemos concluir que a situação acima descrita em tudo lembra o Brasil das grandes manifestações de 2013 e os desdobramentos que daí decorreram para a vida política nacional. Ao lado da grande mudança de direção da opinião pública, cuja atenção para os casos de “corrupção na política” foi subitamente aumentada, nos deparamos com o amplo protagonismo político do sistema judiciário nacional, bem demarcado nas ações da operação Lava Jato conduzidas pelo juiz Sérgio Moro, tudo culminado no golpe do *impeachment* que derrubou Dilma Rousseff em 2016. Como o disse Wanderley G. dos Santos, foi quando passamos a nos deparar com um Brasil que, com o “atraso de quase uma década”, se aproxima do “padrão reacionário do mundo moderno, antecedido por recente inovação política do capitalismo: um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares”, mesmo que dele participem setores que estejam “fora do circuito parlamentar oficial” (SANTOS, 2017, pp. 131-2).

A crise orgânica da qual estamos tratando, mais que limitar-se à formação nacional, ou às formações latino-americanas – que conheceram 14 episódios de *impeachment* entre 1992-2016 (COMPARATO, 2018, p. 44) – tem mesmo um alcance mundial. De fato, o mesmo Wanderley G. do Santos, ao advertir que o veredicto do “Tribunal Internacional da Democracia, reunido no Rio de Janeiro, em 19 e 20 de julho de 2016”, concluiu ter sido um claro “golpe de Estado o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff”, não esqueceu de listar, ao lado do “episódio paraguaio” e “hondurenho”, ocorridos respectivamente em 2009 e 2012, também a “destituição” do “presidente da República finlandesa”, levada a termo “pelo Congresso, em 2000, sem mandato preliminar para tanto, a pretexto de ajustamento institucional a exigências da União Européia” (SANTOS, 2017, pp. 13-14). Um evento que vimos se repetir na Ucrânia em 2014, quando Viktor Yanukovich, submetido a um terceiro turno eleitoral que se fez em “violação à Constituição do país”, hesitara em assinar um “acordo de associação com a União Européia” (STONE, 2017, pp. 259 e 262). Mas quiçá possamos remontar esses antecedentes ao já longínquo ano de 2001, que conheceu a deposição, na antiga Iugoslávia, de Slobodan Milosevic, porque começava a “mover-se em direção à esquerda e a cuidar com maior responsabilidade dos próprios interesses” (GRIMALDI, 2001, p. 59). Ou, ainda, às agitações que na Geórgia do também distante ano de 2003, derrubaram da presidência daquele país Edward Shevardnadze (LOSURDO, 2010).

Estamos claramente diante de uma questão geográfica de primeira ordem. Mais precisamente, uma questão a ligar “relações de forças internas”, “relações de forças

internacionais” e “posição geopolítica do país dado” (GRAMSCI, 1977, p. 1360). Cabe, contudo, procurar as causas brasileiras particulares, vale dizer, as “relações de forças internas” que abriram a formação brasileira à forma como parece se organizar agora no capitalismo o campo das “relações de forças internacionais” dominantes.

### **Brasil: desenvolvimento geográfico desigual e crise orgânica**

Posta em relação com a “análise das situações” e das “relações de força”, a leitura das crises orgânicas remete diretamente ao problema “das relações entre estrutura e superestrutura”, as quais “é preciso fixar exatamente” para poder “alcançar uma justa análise das forças que operam na história de um determinado período e definir as suas relações” (GRAMSCI, 1977, pp. 1578-79). São os princípios estabelecidos no famoso Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrito por Marx em 1857, e aqueles em torno dos quais Gramsci diz ser necessário mover-se. Nas palavras de Marx (1983, p. 25):

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.

Partindo do que chamou a teoria da dualidade brasileira, uma leitura dialética do processo histórico nacional, de modo algum apegada à tese de uma oposição entre o “moderno” e o “arcaico”, como supôs a equivocada leitura de Francisco de Oliveira (1988, p.15), Ignácio Rangel (1981) fez um criativo uso deste princípio da economia política marxista para pensar a formação nacional. Sua leitura da crise que marcou o período final da ditadura de 64 partia exatamente deste ponto, que continuou a inspirar interpretações que se debruçaram sobre os problemas com os quais se deparava o ciclo dos governos do PT (MAMIGONIAN, 2004). Trata-se de um problema de aberta expressão geográfica, pois ligado ao atraso das infraestruturas urbanas e regionais. A rigor, uma manifestação do desenvolvimento geograficamente desigual, a se expressar sob a forma de “restos de uma divisão internacional do trabalho” (SANTOS, 2008, p. 173).

Para Rangel, o citado atraso não era outra coisa senão uma expressão direta das relações de produção que, já em esgotamento ao cabo da ditadura de 64, dominaram o pacto de poder que comandou o processo de industrialização dos anos 1930 aos anos 1980

(RANGEL, 1986). Um pacto marcado pela hegemonia do latifúndio de mercado interno que tinha como sócio menor no aparelho de Estado a burguesia industrial (RANGEL, 1986). Controladas pelo poder público, que substituiu ainda no segundo governo Vargas as empresas estrangeiras aí atuantes, estas infraestruturas chegam ao fim do período militar como forças produtivas bastante atrasadas, bem como as condições institucionais que as regiam, expressão de relações de produção – sua forma jurídica – típicas de uma economia primário-exportadora, como ainda era o Brasil até os anos 1950, e isto a despeito dos progressos industriais já naquela época alcançados (RANGEL, 1986). Na verdade, trata-se aqui de uma funcionalidade dialética, pois as exportações a qual se dedicava a fração do velho latifúndio ligada ao mercado externo serviam para abastecer a maquinaria necessária à industrialização (RANGEL, 1986).

E está aí uma dinâmica a lembrar que o desenvolvimento geográfico desigual em questão é uma dimensão mais geral daquela “política colonial interna” a que se referiu Dobb (1987, p. 197) para pensar as relações dialéticas entre industrialização e a velha agricultura nos países de capitalismo tardio. Relações também elas pensadas para a formação brasileira por Francisco de Oliveira (1988), embora com uma tendência – e aqui uma diferença em relação à Rangel – de interpretá-las a partir de uma de dialética sem “movimento”, muito marcada por uma espécie de *contínua* reprodução do “arcaico”, como lembrou a crítica que a ele estabeleceu Luís Alfredo Galvão (1974, p. 148)<sup>2</sup>.

Não há dúvida que este foi um problema a desafiar os governos do PT. Por ocasião das grandes manifestações de 2013, e até mesmo embalando aqueles protestos, as infraestruturas urbanas e regionais do país revelavam enorme atraso em uma comparação internacional. Enquanto a rede brasileira de metrô apresentava não mais que 276,4 Km distribuídos em sete capitais, cidades mundiais do mesmo porte de São Paulo ou Rio de Janeiro apresentavam, sozinhas, uma cobertura muito mais ampla: Londres com 402 Km, Nova York 337 Km, Tóquio 328 Km, Cidade do México 222,5 Km (SILVA, 2013a). E eis uma dificuldade que até mesmo Dilma Rousseff reconheceu, indagada sobre as causas do golpe que lhe derrubou:

Ainda vamos precisar de uma distância histórica para entender. Tem uma parte simples, mas não responde tudo. É mais fácil distribuir renda do que ampliar serviços. A renda tem um tempo político mais rápido que o acesso a serviços. E como, de fato, o fim da miséria é só o começo, as pessoas querem mais. (ROUSSEFF, 2017, p. 7)

---

<sup>2</sup> De fato, dedicando-se ao mesmo problema, Lênin (1982) não diz apenas que a “antiga propriedade” se “conserva”, mas que “se conserva e se transforma *lentamente* em estabelecimento puramente capitalista, de tipo *junker*”. O primeiro itálico é nosso.

De fato, apesar da ampla participação nos protestos de 2013 das camadas jovens próximas das famílias que integram o novo proletariado<sup>3</sup>, a carência de serviços, também ela uma carência no campo das condições econômicas, “não responde tudo”. E aqui chegamos aos desenvolvimentos de Gramsci para os princípios fixados por Marx:

Em todo caso, a ruptura do equilíbrio das forças não ocorre por causas mecânicas imediatas de miserabilidade... A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômico como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de forças nos seus vários graus. (GRAMSCI, 1977, p. 1587-8).

Não se trata de pôr de lado os problemas surgidos no campo das relações econômicas. Trata-se antes de fazer notar como a economia figura como a “mola mestra da história” apenas em última instância, segundo notou o próprio Gramsci remetendo a uma observação de Engels que se liga diretamente ao Prefácio de Marx (GRAMSCI, 1977, p. 1592); ou, ainda melhor, ler a economia como uma “forma social determinada” (GRAMSCI, 1977, p. 1269). Com efeito, não é muito diferente a formulação de Milton Santos, quando insistiu que no capitalismo, e ainda mais em sua etapa mundializada, uma vez que a “economia se baseia na insensatez, a ordem social apenas se mantém porque a ideologia se intromete”, o que significa dizer que “a ordem política fica obrigada a se confundir, e isto ao infinito, com as demais instâncias da vida” social (SANTOS, 2008, p. 236).

### **Coalizões, Reformismo Fraco e a “Primavera” Brasileira**

Os anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo brasileiro já foram definidos como os anos de um *reformismo fraco*, uma espécie de composição a meio termo, contraditória, que não toma inteiramente “nem o reformismo forte” e “nem o neoliberalismo” (SINGER, 2012, p. 200). Em termos práticos, esta composição teve por efeito avançar na “redução da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, aumentando o contingente proletário”, mas ao mesmo tempo “recuar” com a “luta ideológica” para um “estágio anterior ao conflito capital/trabalho” (SINGER, 2012, p. 219).

Esta contradição responde pela coalizão de poder que embalou os governos petistas, conduzidos por um partido que ainda em 2007, em seu III Congresso, afirmava que “o socialismo que almejamos” deverá ser organizado “a partir da propriedade social dos meios

---

<sup>3</sup> Nesse ano 55% dos jovens brasileiros entre 18 e 30 anos pertenciam a famílias que ganhavam menos de dois salários mínimos mensais (SILVA, 2013a), o que pode corresponder à faixa do novo proletariado de que falou Singer (2012).

de produção”, mas que, no entanto, mantinha-se em coalizão governamental majoritária com outro partido, o PMDB, que no seu programa de governo de 2010 sustentava uma plataforma capitalista que ia do apoio ao “esforço individual” àquele entregue ao grande capital bancário e industrial (SINGER, 2012, p.120 e 216). No centro da plataforma peemedebista estavam o apoio à “desoneração da folha de salários” (para “baratear o custo da mão de obra para o capital”), a construção de uma “segunda CLT” (para “regular o setor informal” sem integrá-lo “ao universo de direitos do antigo proletariado”), a “autonomia real para o Banco Central”, o “limite para o crescimento do gasto público”, e ainda a “urgente” discussão da “reforma da previdência” (SINGER, 2012, p. 216-7).

No limite, a tensão entre uma coalizão produtivista, integrada pelo capital industrial, a classe operária, o subproletariado e os movimentos sociais, com o MST à frente, e uma coalizão rentista, formada “pelo capital financeiro nacional e internacional”, o “agronegócio” e a “classe média tradicional”, interessada nos investimentos a “juros elevados”, no “acesso a produtos importados” e em “viagens internacionais baratas” (SINGER, 2012, pp. 161 e segs.). Coalizões cuja “linha divisória nunca foi reta e rígida”, como lembra Boito (2016a, p. 156), preferindo classificá-las como “neodesenvolvimentista” a primeira e “liberal-ortodoxa” a segunda, e acrescentando um ponto que nos parece crucial: no interior da primeira coalizão figuram antes os interesses de uma “burguesia interna” – usineiros, indústria naval, construção pesada, de processamento de carne –, que mantém relações contraditórias com o imperialismo (BOITO, 2012, p. 67-8), enquanto a última “contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada” mais diretamente (BOITO, 2016a, p. 155).

É verdade que o reformismo fraco embalado por este “equilíbrio contraditório” significou ao fim e ao cabo a hegemonia, no Partido dos Trabalhadores, de uma “estratégia que tentava mudar o Brasil através de políticas públicas, sem reformas estruturais” (POMAR, 2016, p. 166). Isso equivale dizer que o “recoo ideológico” terminava por encaminhar uma estratégia “sem rupturas e com o máximo de conciliação possível”, buscando acumular forças basicamente por meio da “institucionalidade eleitoral e subordinando a isto a mobilização social, a organização partidária e a disputa cultural-ideológica” (POMAR, 2016, p. 166).

Pode-se assim compreender não apenas que as infraestruturas urbanas e regionais não tenham conhecido o processo de modernização que desde o fim da ditadura de 64 era já uma necessidade urgente, mas também o forte “contraste entre representante e representados” que marca as crises orgânicas. E, diante deste último, a rápida transformação das manifestações

contra o aumento das tarifas dos transportes públicos em São Paulo, lideradas por “um grupo acima de qualquer suspeita, o MPL (Movimento Passe Livre)” – de jovens “simpáticos à esquerda” –, ter conhecido uma “surpreendente adesão de todos os setores” da sociedade e, em seguida, desembocado em uma versão brasileira das “Primaveras”, como escreveu o jornalista Luis Nassif (2016, p. 247), atentando para os “mistérios da política internacional” (LOSURDO, 2013, p. 15) que aqui se começam a aparecer.

E eis quando os diferentes momentos das relações de forças, para recuperarmos novamente as reflexões de Gramsci – que aqui parece buscar uma espacialização do Prefácio de Marx –, “se implicam reciprocamente”, organizando-se não só segundo as “atividades econômico-sociais (horizontais)”, mas também “segundo os territórios (verticais)” (GRAMSCI, 1977, p. 1584-5). A rigor já uma expressão do desenvolvimento geográfico desigual de que antes falamos, agora desnudado em sua dimensão internacional, geopolítica.

Devemos estudar um pouco mais este contexto, explorando suas “múltiplas determinações” (MARX, 1983, p. 218).

### **Um Contexto de Revolução Passiva, sua Espacialidade**

Fala-se da “consolidação” do “presidencialismo de coalizão” como a “obra do lulismo”, uma “solução histórica reacionária” marcada também por uma era de “reformismo quase sem reformas” (ARCARY, 2016, p. 147). Sem muito esforço pode-se perceber que são tons a lembrar a categoria de imputação, sempre esquecida da advertência segundo a qual no “delineamento dos problemas histórico-críticos, não é necessário conceber as discussões científicas como um processo judiciário” (GRAMSCI, 1977, p. 1263). De fato, assim como o golpe de 2016 é um fenômeno que encontra eco internacional, também a análise dos governos do PT tem mais a ganhar se, desapegando-se das leituras judiciárias, procure observar o contexto mundial em que este ciclo político da vida nacional se desenvolve.

É correta a tese que recorre à categoria de *revolução passiva* ou *revolução-restauração* (GRAMSCI, 1977, p. 1768) para pensar também o período histórico, dito pós-moderno, que se abre a partir do ciclo de lutas de 1968-77. Um ciclo marcado por um “transformismo intelectual de massa” que, anos mais tarde, terminou por se fazer “parceiro cultural da restauração neoliberal” (década de 1980), um processo cujo ápice deu lugar ao que se poderia chamar o “fim da democracia moderna” (AZZARÀ, 2015). Regressivo e muito marcado pela crítica à antiga tradição socialista, que atribuía centralidade “ao trabalho e ao

conflito com o capital”, e cujas experiências concretas mantinham ao menos “uma relação com as condições gerais das classes subalternas de todo o planeta” (sua capacidade de “lutar de maneira consciente e organizada”), o novo período se caracteriza pela presença de diversas famílias políticas ligadas à chamada “esquerda alternativa”, de matriz “ecologista, pacifista, feminista e humanitária” (AZZARÀ, 2015). Trata-se, com efeito, do quadro que dá lugar à *démarche* do marxismo ocidental, um marxismo que, segundo lembrou a recente crítica de Domenico Losurdo, partindo de uma descontextualizada e muito parcial interpretação da Revolução Cultural chinesa, passava no mais das vezes a associar a luta pelo socialismo com a pura e simples “supressão operária do trabalho” e do “poder enquanto tal” (LOSURDO, 2017, p. 92 e segs.). Seja como for, só muito forçosamente se poderia caracterizar este campo político com as tintas da reação, tratando-se antes de um agrupamento aberto a diferentes formas de reformismo (AZZARÀ, 2015). E eis a categoria de revolução passiva acima referida, segundo assinalaram pioneiramente os estudos de Jan Rehmann (2004) acerca do contexto intelectual que marca este ciclo histórico, ela a indicar que, não obstante os diferentes graus de restauração aos quais a realidade pode estar sujeita, “no movimento histórico não se volta nunca atrás”, ou ao menos “não há restauração ‘*in toto*’” (GRAMSCI, 1977, p. 1619). Ou ainda, para usarmos os termos com que Gramsci define esta categoria, eis um contexto em que a “tese” se permite “incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’” (GRAMSCI, 1977, p. 1768).

Assim, se lembramos que “a história de um partido político” é necessariamente a história do “complexo quadro de todo o conjunto social e estatal”, vale dizer, a “história geral de um país”, incluindo as “interferências internacionais” (GRAMSCI, 1977, p. 1630), o reformismo fraco embalado pelos governos do PT não é senão um efeito das mudanças restaurativas mais gerais de todo um ciclo histórico mundial. Um ciclo que no Brasil afetou de modo particular um amplo setor social identificado com as lutas sociais, notadamente formadas no interior do período que põe termo à ditadura de 64 (a década de 1980), também aquele de formação inicial do PT.

Tomemos agora os anos em que o PT é governo. Parece claro que ao neoliberalismo dos primeiros anos, marca do “recuo ideológico” tantas vezes criticado, sem muita demora foram acrescentados uma série de programas de tintas reformistas, sempre evitando a centralidade das lutas capital/trabalho.

A partir de 2006 os rigores do neoliberalismo se enfraquecem e começa a se desenhar uma política mais desenvolvimentista. Estaríamos diante de uma segunda fase do governo Lula, caracterizada pela valorização do salário mínimo, pela flexibilidade do gasto público, pelo

lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que permitiu recuperar a capacidade do Estado como indutor do investimento privado, e ainda pela redução das taxas de juros... E uma terceira fase, forjada a partir da crise mundial de 2008, cujo marco foi a quebra do *Lehman Brothers*, levaria ainda mais a frente esta ruptura. É quando a política econômica assume aqui um perfil nitidamente keynesiano. O consumo popular é estimulado com aumentos do salário mínimo, com as transferências de renda, com o alongamento do crediário, com os incentivos fiscais... Além disso, agregando-se ao Programa Bolsa Família e à valorização do salário mínimo, símbolos maiores da primeira e segunda fase, respectivamente, o governo colocaria em marcha um programa de habitação popular que teve por resultado estimular as contratações na indústria de construção civil. (SILVA, 2013b, p. 119)

Ora, a estas reformas, que poderíamos qualificar como reformas de “baixa intensidade”, resultado do transformismo e da dialética da correlação de forças – e cuja expressão territorial interna aparece na atenção para o histórico problema do atraso da região Nordeste e dos demais espaços periféricos do país –, acrescentou-se uma política externa que talvez representasse a ponta mais avançada da onda reformista. E eis que vem a tempo lembrar os estudos de Adam Morton, ocupados em realçar a espacialidade das categorias de Gramsci, entre elas a de revolução passiva com a qual estamos aqui operando. Este autor realça as “circunstâncias geopolíticas da revolução passiva”, que “importavam para o entendimento espacial de Gramsci a respeito dos desenvolvimentos internacionais” nas primeiras décadas do século XX (MORTON, 2017, p. 179).

Na verdade, pode-se dizer que no campo das relações internacionais, estratégia geoeconômica e estratégia geopolítica se retroalimentavam na revolução passiva de matriz petista, a ponto de criar fortes atritos com pólo imperialista do grande continente. E, com efeito, isto faz lembrar a noção de “grande política” esposada por Gramsci, vale dizer, aquela que diz respeito à “estatura relativa dos Estados nos confrontos recíprocos”, sempre voltada a superar os equilíbrios existentes para “criar novas relações” (GRAMSCI, 1977, p. 1564). É fato que em Gramsci “grande política” remete a um contexto de “revolução ativa”, de “salto qualitativo”. Seria todavia um erro concluir que na leitura do marxista italiano, os elementos que a compõem não participam de contextos mais amplos e complexos, estabelecendo com eles relações que encerram uma determinada dialética.

Examinemos o caso que está diante de nós.

### **A “Grande Política” como Circunstância Geopolítica da Revolução Passiva Petista**

É exemplo cabal desta orientação de política externa dos governos do PT a liderança que imprimiu o Brasil no G20. Não é certamente uma questão menor que para a criação deste Grupo tenha contado “a revolta de grande número de países mais pobres contra a intenção de

forçar o início de negociações sobre investimentos e compras governamentais” por parte dos EUA, e que, diante desta novidade, o vice-secretário de Estado de George W. Bush, Robert Zoellick, tenha se pronunciado de modo “especialmente agressivo” na imprensa internacional (AMORIM, 2013, p. 90).

De fato, esta questão se liga a uma geoeconomia de corte abertamente antiimperialista, se lembramos, com Lênin, que a destruição da política de compras governamentais dos países atrasados é de suma importância para que as potências imperialistas conduzam suas políticas de “exportações de capitais”, sempre conectadas aos “empréstimos de Estado” (LÊNIN, 1987, p. 62).<sup>4</sup> Trata-se, ainda, de uma política a dar sentido às medidas de cancelamento do projeto ALCA, ele mesmo de “natureza política além de econômica”, uma vez que visava “criar um espaço integrado em que os interesses econômicos norte-americanos continuassem a predominar” na América Latina, ao mesmo tempo que demarcava nitidamente uma área de hegemonia dos Estados Unidos” (AMORIM, 2013, p. 74). E é também este o sentido dos BRICS, um “contragolpe” no “consenso de Bretton Woods – o FMI e o Banco Mundial – assim como no Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA), dominado pelo Japão” (ESCOBAR, 2016, p. 437). Afinal, tratou-se da iniciativa para a criação de um “novo banco de desenvolvimento e de um fundo de reserva” destinados a “contrabalançar as crises financeiras” dos países membros, além de financiar “projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável numa escala global” (ESCOBAR, 2016, p. 437) que terminam por interessar à redefinição das economias do bloco na Divisão Internacional do Trabalho.<sup>5</sup>

No que diz respeito ao âmbito estritamente geopolítico, e ainda quanto aos equilíbrios que afetam a “estatura dos estados nos confrontos recíprocos”, vem a tempo lembrar o engajamento da mesma política na expansão do Mercosul, que para além de enfrentar o histórico isolamento das diferentes economias sul-americanas (SILVA, 2014), abria-se a países como Venezuela e Bolívia, claramente ocupados com as questões que tocam à “fundação de novos Estados” (GRAMSCI, 1977, p. 1564). E essa foi uma medida possível em razão da organização da UNASUL, “o maior sucesso alcançado, em termos de integração e concertação da agenda política, pelos governos sulamericanos entre 2003 e 2014” (COITINHO, 2018, p. 200). Forjada no contexto das discussões em torno a um projeto de “formação de um espaço econômico-político sul-americano” (AMORIM, 2013, p. 125), ela

---

<sup>4</sup> “Antes da concessão de um empréstimo, é vulgar exigir que ele seja utilizado, em parte, na compra de produtos ao país mutuante, sobretudo em encomendas de armamentos, de barcos, etc.” (LÊNIN, 1987, p. 63).

<sup>5</sup> “Os BRICS podem representar 42% da população mundial, aproximadamente 15% do produto interno bruto do mundo, e quase 30% do comércio mundial”; e “serão cada vez mais poderosos dentro do G-20 – o que já reduziu o Grupo dos Oito à irrelevância.” (ESCOBAR, 2016, p. 128-9)

foi capaz de impulsionar não só o Mercosul, mas também de criar uma cultura política aberta à integração regional de todo o espaço latino-americano. Uma cultura de autodeterminação, “necessária a se dar um passo adiante na estrutura daquele que era apenas o Grupo do Rio”, depois transformado na CELAC, a Comunidade dos Estados Latinoamericanos, em reunião ocorrida na Bahia que fora “a primeira, em toda a história do continente”, a contar com a “totalidade dos países latinoamericanos e caribenhos, sem a participação de uma potência externa à região (EUA, Inglaterra etc.)” (COITINHO, 2018, p. 201). E eis que, recuperando o sentido da categoria de “grande política”, se pode aqui compreender também a posição dos governos do PT ao lado da reintegração de Cuba na comunidade americana, bem como sua firme defesa do fim do bloqueio econômico sofrido pela ilha socialista (SILVA, 2014).

Em resumo, mesmo guardando as especificidades do tempo, é possível dizer que há nesta geopolítica da revolução passiva sob os governos do PT, algo daquele “novo internacionalismo” a que se referiu Enrico Berlinguer em uma Conferência em Moscou no ano de 1965, internacionalismo para o qual deveriam contribuir as democracias populares e as “forças antiimperialistas” que embora sem este conteúdo, “lideravam naqueles anos a revolta dos povos do Terceiro mundo contra velhas e novas formas de colonialismo e imperialismo” (LIGUORI, 2014, pp. 17-8). Ou, para dizer com Milton Santos, quando se referia ao mesmo contexto, há em todo este processo algo daqueles “movimentos nacionais” que decorrem da “dialética do imperialismo”, com suas claras “implicações geopolíticas” (SANTOS, 2008, p. 243). Ao fim e ao cabo, uma expressão das “circunstâncias geopolíticas” em desenvolvimento na arena internacional.

Trata-se, todavia, de um contexto de revolução passiva, de revolução-restauração, com todas as suas limitações. Voltemos às condições econômicas (ou econômico-espaciais) internas que a transformaram em crise orgânica. Ou, de maneira mais rigorosa, às relações, necessariamente *imanes* (SANTOS, 2008), entre estrutura, espaço e superestrutura que estiveram na base do golpe de 2016.

### **Da Fábrica ao Urbano: a crise orgânica vai tomando forma**

Antes de apresentar as formas assumidas pela crise orgânica, é preciso abrir um rápido debate com a leitura que faz Jessé de Souza acerca do golpe de 2016. Para este autor há que afastar toda e qualquer relação desse processo com as determinações econômicas. Vale dizer, dever-se-ia evitar observar as classes simplesmente “pelo lugar na produção e pela ocupação”

(leitura marxista), ou ainda tão somente “pela renda” (leitura liberal), para assim dar centralidade ao chamado “capital cultural” de que falou Pierre Bourdieu, ao “gosto estético como mecanismo invisível de produção e distinção social”, traduzido em “superioridade não apenas estética, mas também moral” (SOUZA, 2016, pp. 55 e 70). Ora, esse raciocínio perde o essencial da cadeia de relações que caracteriza uma crise orgânica tal como a definiu Gramsci. Como antes dissemos, “das relações entre estrutura e superestrutura”, as quais “é preciso fixar exatamente” para poder “alcançar uma justa análise das forças que operam na história de um determinado período” (GRAMSCI, 1977, p. 1578-9). Trata-se na verdade do problema da “elaboração superior da estrutura” (ou, no caso aqui em apreço, a ausência desta elaboração “superior”), que marca as discussões sobre a categoria de catarse nos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 1977, p. 1244).

Já fragilizado pelo “recoio ideológico” que uma estratégia limitada às “políticas públicas” e apoiada no “máximo de conciliação possível” (POMAR, 2016, P. 166) implicava, o quadro que se apresenta ao governo Dilma é claramente o de um *profit squeeze* (aperto dos lucros). Ele afeta uma parte da burguesia produtora, o proletariado e o novo proletariado e, por fim, o setor financeiro, para então chegar ao governo já sob a forma de uma crise de representatividade que se manifesta nos grandes protestos urbanos de 2013. É verdade que o governo estava tentando saídas de sentido progressivo, movimento que pôs ainda mais claramente a nu as carências devidas ao “recoio ideológico”, que assim lhe impediram de resistir às pressões que partiam dos grandes interesses internacionais e seus aliados internos.

Até 2009 a “valorização dos salários e outras formas distributivas não amputavam a capacidade empresarial de extrair lucros, evidente na expansão da renda dos 10% mais ricos”, contexto “bruscamente alterado pela crise internacional de 2007-2008, tornando aguda a competição distributiva interna” (SANTOS, 2017, p. 162-3). Em especial, 2011 marca “a segunda fase da crise financeira internacional”, com a fuga “em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela Standard & Poor’s, turbulências nas principais bolsas e pânico nas mesas de operações financeiras”, com a diferença de que o epicentro da crise agora está na Europa, onde se sucederam ataques “às moedas da Itália, da Espanha e até da França”, e em seguida a imposição por parte das nações credoras, Alemanha à frente, de “conduta recessiva aos devedores, em particular Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, provocando redução geral e prolongada das atividades na zona do euro” (SINGER, 2016, p. 27).

Marcado por um contexto até ali de pleno emprego, que o governo se esforça por manter através de uma série de intervenções estatais – 4,5% de desocupação entre 2011 e

2014 –, é o momento em que o conflito capital/trabalho se inclina a favor da classe operária, abrindo fissuras na “coalizão produtivista” (SINGER, 2016, p. 45-6). O crescimento exponencial das greves parece falar por si. O número delas, que fora de apenas 300 no ano de 2003, chegando a casa das 873 em 2012, saltou para 2050 em 2013 (SINGER, 2016, p. 46 e BOITO, 2016a, p. 160), sendo que neste último ano 95% dos acordos e convenções coletivas obtiveram aumento real de salário, contra 18% do ano de 2003 (BOITO, 2016a, p. 160). Difícil dizer que este estado de coisas não signifique luta de classes, mas apenas “um conflito distributivo pela apropriação da riqueza” que “envolve diversas classes e frações de classes”, como o disse Boito (2016b, p. 25). Eis uma separação que parece bastante arbitrária e que lembra a crítica de Losurdo aos que lêem Marx e Engels como se eles fizessem uso de sua teoria de modo apenas esporádico e intermitente (LOSURDO, 2013, p. 13).

O fato é que a certa altura estas lutas transbordaram da fábrica para todo o tecido urbano, iniciando a cadeia de relações que liga estrutura, espacialidade e superestrutura. Por tecido urbano entende-se aqui não apenas a parte “construída das cidades”, mas o “conjunto de manifestações das cidades sobre o campo” – pensemos no problema das infraestruturas que se põe em uma escala regional e nacional –, segundo a formulação de Henri Lefebvre (1983, p. 10). Mas deve-se observar que Lefebvre estabelece esta formulação em associação com a tese de uma sociedade pós-industrial, que não nos cabe aqui subscrever. Interessa-nos, antes, buscar as relações entre o domínio da reprodução da mão de obra (moradias, equipamentos) e aquele das relações sociais de produção e da divisão social e técnica do trabalho que parte da unidade de produção capitalista (LOJKINE, 1981). Com efeito, se observamos o Brasil de 2013, logo podemos perceber que as manifestações iniciadas em torno dos problemas das infra-estruturas urbanas e regionais, que mobilizaram amplas camadas da população, incluíam no seu interior também o jovem proletariado, sem muita experiência organizativa<sup>6</sup> e frequentemente extenuado – o caso das grandes metrópoles – pelo precário deslocamento casa-trabalho que é obrigado a suportar. Sem o recurso da “luta ideológica”, esta camada logo ficou refém dos setores médios e da mídia.

E é aqui que a crise orgânica começa a encontrar sua dimensão nas relações “internacionais de produção” (MARX, 1983, p. 226), ou na luta de classes que, ultrapassando uma simples “economia política da classe operária”, segundo se referiu Marx no documento que cria a Associação Internacional dos Operários, está também inserida nos “mistérios da

---

<sup>6</sup> “A ‘nova’ classe trabalhadora é estruturalmente desorganizada e tende a desconfiar de estruturas de representação que lhe parecem ineficazes ou perversas” (SAAD FILHO, 2016, p. 175).

política internacional” (LOSURDO, 2013, p. 15) de que antes falamos. Mas há ainda algo a desnudar no campo das contradições internas.

### **Crise Orgânica e a Truncada Dialética Burguesia Interna/Imperialismo**

As medidas tentadas por Dilma no seu primeiro mandato podem ser definidas como uma tentativa de avançar em direção a um grau intermediário – quiçá avançado – do reformismo ou revolução passiva. Como o disse Singer, se “Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com as frações de classe poderosas e resistentes” (2016, p. 33). Duas medidas nos parecem centrais para definir esta nova postura, entre as tantas que pretendiam dar corpo à chamada “nova matriz econômica”. Quando mais não seja porque justamente elas pareciam pôr em questão os interesses sociais mais identificados com o centro imperialista, quando não o próprio centro diretamente, suas empresas e estratégias.

A primeira delas diz respeito à redução das taxas de juros, referidas pelo ministro da fazenda como “mudança ‘estrutural’ e ‘fundamental’”, destinada a colocar os “juros em níveis normais para uma economia sólida e de baixo risco” (SINGER, 2016, p. 28). Esta medida, fazendo uso da pressão dos bancos estatais, que praticavam uma política de “redução agressiva” de juros, conduziu dois dos “três maiores bancos privados em atuação no Brasil” a suportar “queda nos lucros em 2012 em relação a 2011”, o “Itaú Unibanco (7% a menos) e o Santander (5% a menos) (SINGER, 2016, p. 28 e 34-6). Trata-se de uma política destinada a combater o mal da financeirização da economia e os interesses externos a ele ligados, e a qual, portanto, se ligava a política de “controle sobre os fluxos de capital estrangeiro” posta em prática desde janeiro de 2011 (SINGER, 2016, p. 31).

A segunda medida é aquela que dizia respeito diretamente ao atraso das infraestruturas urbanas e regionais, às quais Ignácio Rangel (1981, 1986) associava o problema da crise do regime aberto com Vargas, e já candente desde o fim da ditadura de 64. Aqui o governo se dedicou a garantir que “os projetos de ferrovias e rodovias envolvidos no Programa de Investimento em Logística”, fundamentalmente levados adiante por meio de “concessões” sob a forma de “parcerias público-privadas”, “não resultassem em privatização”, ao mesmo tempo em que “pretendia que houvesse limitação do lucro, por meio da chamada ‘modicidade tarifária’”, princípios também “aplicados para impor limites de ganho às empresas envolvidas na produção de energia elétrica” (SINGER, 2016, p. 51-2). Diretamente ligada às medidas relativas aos juros, tratava-se de uma política central ao projeto da “coalizão industrial

popular”. Quando mais não seja por que, lembrando muito de perto o diagnóstico e as proposições de Ignácio Rangel, estavam voltadas a superar a dependência financeira internacional por meio da organização de um sistema de compras e financiamento nacional do parque de máquinas e equipamentos dedicados a tais serviços de infraestrutura (RANGEL, 1986).

Pressionada pelo *aperto dos lucros* que o crescimento das greves impunha, mas também pelo agravamento da crise internacional, bem como pela prioridade do interesse público em torno do qual o governo começa mais decididamente a se mover, a burguesia industrial recuou. Para voltarmos ao problema da crise orgânica da qual aqui nos ocupamos, se poderia dizer que o governo, “ao mesmo tempo que conduzia uma luta gigantesca contra o núcleo do capital” – leia-se o capital rentista –, “se indispôs com franjas produtivas, sem atentar que o movimento pretendido precisaria de forte apoio social” (SINGER, 2016, p. 51). Ou seja, este era um movimento de elevado risco em contexto já marcado por forte “recoo ideológico”. Quando mais não seja porque era também este o contexto em que se fazia já urgente distinguir a categoria de *burguesia nacional*, implícita nas formulações de Rangel (1981), ou seja, uma burguesia capaz de tomar posições antagônicas ao imperialismo, daquela que Boito (2002) cunhou como *burguesia interna*, que com o imperialismo mantém relações fundamentalmente contraditórias, ora a ele resistindo, ora com ele colaborando. Uma dialética, todavia truncada – de síntese fraca –, a distingui-la da chamada *burguesia compradora*, que nada produz e vive basicamente de renda, segundo um raciocínio corrente entre os teóricos da dependência (BOITO, 2002).

O recao do setor produtivo significou a rigor o adensamento da “oposição rentista, até que em certo momento a frente antidesenvolvimentista englobou o conjunto da burguesia” – a ABIMAQ rejeitou, mas de maneira muito pálida, o impeachment no interior da FIESP, uma exceção que confirma a regra –, “contando com o suporte fervoroso da classe média tradicional” (SINGER, 2016, p. 52). A mesma classe média que, dada a “presença relevante” nas manifestações de meados de 2013, termina por fazer aderir “os membros da nova classe trabalhadora – jovens com acesso ao ensino médio e universitário, mas em emprego precário e de baixos salários – à agenda liberalizante” (SINGER, 2016, p. 41-2).

A rigor, agenda esta que é apenas o programa sustentado por setores da intelectualidade que são a expressão daquele cosmopolitismo a que se referiu Gramsci (1977, p. 1361); setores em geral organicamente ligados ao PSDB. O programa apresentado por Edemar Bacha, alto representante desta intelectualidade, no jornal Valor Econômico de um

ano antes da eleição que opôs no segundo turno Dilma Rousseff e Aécio Neves, é um exemplo cabal do que estamos falando. Aliás, um programa que impressiona pela semelhança com o que é aplicado logo após o golpe de 2016. De fato, para Bacha, já na área do petróleo, se deveria levar adiante o

abandono do Regime de Partilha (onde todo o petróleo extraído pertence ao Estado) e a política de conteúdo nacional que o acompanha, ‘que não estimula a concorrência e a presença de multinacionais’. Tratar-se-ia de promover “uma redução substantiva da carga tributária sobre as empresas”, de fixar um limite para ‘o crescimento do gasto público’ (...), de promover uma ‘redução substancial das tarifas de importação’, de eliminar ‘as amarras aduaneiras e portuárias’ e as ‘especificações técnicas de produtos distintas daquelas adotadas internacionalmente’, e ainda praticar um ‘regime de câmbio flutuante’ (...). Por último, (...) seria chegada a hora de retomar a Alca (...), negociar no Transpacífico (...) e ainda “transformar o Mercosul numa área de livre comércio (SILVA, 2014, p. 78).

Como o dissera André Lara Resende, intelectual do mesmo campo, e que teve papel de destaque no governo de Fernando Henrique Cardoso, se deveria liquidar com a “excessiva regulamentação de todas as esferas da vida” social implementada pelos governos do PT, cujo efeito era uma combinação do “consumismo das economias capitalistas avançadas com o produtivismo soviético” (SILVA, 2014, p. 77). E, curiosamente, não é muito diferente a tese com que, à esquerda, às vezes se interpretava a “década de crescimento econômico significativo” dos governos petistas, a lembrar a “instrumentalização produtivista” das antigas “burocracias comunistas”, que “ainda pulsa na nova burocracia dos comunistas chineses” (SAFATLE, 2014). Certamente não é aqui o lugar para discutir as formas assumidas pelo “socialismo real”. Não obstante, no que se refere ao Brasil dos anos governados pelo Partido dos Trabalhadores, parece ainda justa a ironia que em outro tempo Francisco de Oliveira lançou contra este tipo de crítica: “pedir que a classe operária”, *em regime capitalista*, “desmistifique o fetiche” do consumismo “resistindo ao consumismo”, é “como ‘pedir peras ao olmo’.” (OLIVEIRA, 1988, p. 57)

### **Burocracia Cosmopolita e Geopolítica Norte-Americana**

Vimos Gramsci assinalar que a crise orgânica termina por reforçar “a posição relativa do poder da burocracia”, da “alta finança” e da “Igreja” (GRAMSCI, 1977, p. 1603). Estas páginas são aquelas em que também aparece teorizado o fenômeno do “cesarismo ou bonapartismo” (GRAMSCI, 1977, p. 1608). O cesarismo, “solução arbitrária” para uma “situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças em perspectiva catastrófica”, pode emergir com uma “grande personalidade” ou “sem um César”, vale dizer,

sem uma figura “heróica” e representativa” (GRAMSCI, 1977, p. 1619). Além disso, ele não terá nunca um único sentido, podendo ser “progressivo” ou “regressivo”:

É progressivo o cesarismo, quando a sua intervenção ajuda a força progressiva a triunfar, embora com certos compromissos e moderações que limitam a vitória; é regressivo quando a sua intervenção ajuda a triunfar a força regressiva, também neste caso com certos compromissos e limitações, que porém têm um valor, um alcance e um significado diversos do caso precedente (GRAMSCI, 1977, p. 1619).

Nas manifestações de 2013, já posta em xeque a coalizão popular-industrial, e alçados ao primeiro plano os interesses do campo financeiro-rentista, emerge com grande força o estrato da burocracia estatal ligada ao Ministério Público, notabilizado pelas ações anticorrupção que a partir dali ganham fôlego através da Lava Jato. O quadro é todo o de uma crise orgânica com solução cesarista regressiva. No centro das atenções o juiz Sérgio Moro e o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot – não exatamente exemplos de César, a despeito do apoio e promoção da mídia, mas seguramente representantes da burocracia estatal orientados politicamente pelas soluções regressivas. Vale dizer, o tipo de intelectuais que não se constituíram como “um elemento nacional” (GRAMSCI, 1975, p.1294), que se apresentam como parte de uma “concentração cultural cosmopolita”, acolhendo e elaborando teoricamente os “reflexos da mais compacta e autóctone vida do mundo” exterior (GRAMSCI, 1977, pp. 1361-2).

Trata-se, no caso que aqui temos em consideração, de um campo intelectual que no atual contexto das correlações de forças internacionais, não hesitou em se fazer “grande parceiro” da hodierna “geopolítica norte-americana” (NASSIF, 2016, p. 249). Como o demonstrou Domenico Losurdo, uma geopolítica fundada nas revoluções coloridas, com início nos incidentes da Praça Tienanmen de 1989 e que, reproduzida em tantos lugares, leva a efeito um combate “com armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas”, mas partindo sobretudo do “pressuposto da centralidade da guerra psicológica” (LOSURDO, 2010, p. 229). Aliás, atualizando a obra de Lênin, isso permite pôr em questão a ideia de um imperialismo europeu, ou da União Européia, quando mais não seja porque os gastos militares desta sequer equivalem àqueles realizados pelos EUA, que assim se configura como um verdadeiro imperialismo planetário (LOSURDO, 2004). Certamente, neste campo, como permite ver com didatismo o episódio da derrubada do presidente georgiano Eduard Shevardnadze, figuram com destaque o “papel dos diplomatas’ ocidentais”, tanto quanto o das “organizações não governamentais influenciadas ou hegemônicas pelo Ocidente”, sempre “empenhadas em

‘constituir e a equipar as mídias’ de oposição”, televisões, rádios, que “jogam às vezes um papel de primeiro plano nas fases da revolução.” (LOSURDO, 2010, p. 231)

É de fato impressionante a similaridade da cadeia de causas e efeitos que marcaram os casos acima e o brasileiro. No centro da guerra psicológica, a denúncia de corrupção. No caso georgiano, as denúncias, depois provadas inverídicas, da aquisição, por parte dos parentes de Shevardnadze, de “uma luxuosa casa de campo na cidade termal de Baden Baden, no Sul da Alemanha” (LOSURDO, 2010, p. 231). Tudo a lembrar o que no Brasil envolve as acusações ao ex-presidente Lula.

E eis os protestos brasileiros de 2013, de enorme aproximação com as tantas “revoluções coloridas” ou “Primaveras”. É ainda o artigo de Luis Nassif que nos permite acompanhar com bastante fidelidade esta semelhança, sem nem mesmo deixar de lado o papel do setor cosmopolita da burocracia estatal. Como demonstra o autor, foi o correspondente do jornal O Estado de São Paulo em Genebra, Jamil Chade, quem chamou a atenção para o fato de que “agentes do FBI” perceberam nas manifestações de 2013 a prova de que “a opinião pública brasileira estava suficientemente madura para apoiar ações anticorrupção”, um alerta que também se acendeu na “Cooperação Internacional – a organização informal de procuradores e policiais federais de vários países” (NASSIF, 2016, p. 247). E é este o contexto em que começa a ser planejada a operação Lava Jato, para a qual, seguindo o *script* acima visto, será imprescindível o papel da mídia. Um fato é aqui revelador. A “parceria da Globo com o Ministério Público Federal” na bem-sucedida campanha, lançada já durante a fase em que os protestos transbordam para as grandes massas, voltada à “derrubada da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 37”, que tinha por objetivo proibir que procuradores realizassem “investigações por conta própria” (NASSIF, 2016, p. 248). Ato contínuo emerge a operação Lava Jato, “tendo como fonte de informações apenas um doleiro, Alberto Yousseff”, e com o impressionante “acesso a um enorme volume de informações sobre a Petrobras” (NASSIF, 2016, p. 248). Ainda segundo Nassif, e como que dando confirmação ao que dissemos ser o principal instrumento utilizado na guerra psicológica que interessa à geopolítica estadunidense – as denúncias de corrupção –, esta enxurrada de dados, mais do que no levantamento das denúncias do doleiro citado, fazia pensar nas revelações que então surgiam a partir do “vazamento de informações da NSA (Agência de Segurança Nacional) pelo ex-técnico Edward Snowden”, onde se revelava que a NSA “espionava preferencialmente a Petrobras” (NASSIF, 2016, p. 248).

O quadro ganha sentido quando sabemos que entre as estratégias utilizadas para a afirmação da hegemonia internacional está também a da “internacionalização da justiça”, utilizada como “um fator legitimador”, isto é, “para fortalecer um pólo de influência nos sistemas nacionais acima dos partidos e do Congresso” (NASSIF, 2016, p. 249), e para a qual se busca “atrair, treinar (às vezes pagar) membros do MPF, da PF e do Poder Judiciário” (FERRARI, 2016, p. 244). Compreende-se agora o efeito que esta estratégia tem sobre um setor da burocracia estatal que é expressão “de uma grande fratura entre as massas populares e os grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1977, p. 1394). Sem muita dificuldade ele irá abrir-se a esta estratégia, como se viu na viagem do “próprio Procurador Geral da República (PGR)” aos Estados Unidos para comandar uma equipe da Lava Jato em “dois eventos controversos”: o primeiro, “levar informações da Petrobrás para possíveis processos conduzidos pelo Departamento de Justiça contra uma empresa controlada pelo próprio governo”; o segundo, “trazer de lá informações contra a Eletronuclear, fornecidas por uma advogada do Departamento de Justiça ligada a escritório de advocacia que atende o segmento nuclear” norte-americano (NASSIF, 2016, p. 249). Dois setores decisivos para uma estratégia geopolítica (mas também geoeconômica) alternativa àquela do Consenso de Washington, já que a Eletronuclear, por meio da fábrica de Itaguaí-RJ, estava à frente do esforço do Brasil para entrar no seleto grupo dos países com submarino a propulsão nuclear, parte do esforço para defender as reservas do pré-sal, os interesses comerciais do Brasil no Atlântico Sul, e mesmo promover a reindustrialização do país (DRUMMOND, 2017).

Mas a estratégia geopolítica de Washington mira ainda mais longe. E, nesse sentido, revela o quanto permanece atual uma antiga “essência do imperialismo” (LÊNIN, 1987, p. 90), notadamente ligada ao campo das “forma(s) político-diplomática(s)” (GRAMSCI, 1977, p. 2088). Isto é, aquela que visa à conquista da “hegemonia” não apenas por ações diretas, mas indiretamente, quando o uso de terceiros Estados serve para “enfraquecer o adversário e minar sua hegemonia” (LÊNIN, 1987, p. 90). Assim, uma vez que “os BRICS constituem-se no maior inimigo estratégico e de longo prazo dos EUA”, interessa “desmoronar os BRICS pelo membro mais vulnerável e mais próximo geograficamente: o Brasil” (FERRARI, 2016, p. 244).

O golpe brasileiro segue o *script* completo, pois nem mesmo faltam as ONGs ligadas aos interesses dos grandes oligopólios do centro imperialista. Já no calor das grandes manifestações de 2013, seja “nas redes sociais” ou nos “movimentos de rua”, surgiram “da noite para o dia, organizações como o ‘Movimento Brasil Livre’ e Estudantes Pela Liberdade”

as quais, depois se descobriu, “eram financiados pelo Charles Kock Institute, ONG de dois irmãos, Charles e David”, não só “conhecidos por financiar ONGs de ultradireita visando interferir na política norte-americana”, mas também pelas “ambições de ampliar seu império petrolífero explorando outras bacias fora dos EUA” (NASSIF, 2016, p. 249).

E eis novamente o quadro de fratura social que marca a crise orgânica, permitindo que toda uma fração da sociedade brasileira, aqui mais diretamente formada pelas camadas jovens, seja dirigida por necessidades estranhas ao interesse popular e nacional, os únicos aos quais faria sentindo se ligar como meio de alcançar um “desenvolvimento histórico integral” (GRAMSCI, 1977, p. 2028), abrindo-se a formação social brasileira ao projeto da “unificação cultural do gênero humano” (GRAMSCI, 1977, p. 1416).

### **Bibliografia**

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo, Benvirá, 2013.

ARCARY, Valério. Junho de 2013 a 2015: as ‘placas tectônicas’ começaram a se mover? In: **Crítica marxista**, n.º. 42, 2016.

AZZARÀ, Stefano. G. Restaurazione e rivoluzione passiva postmoderna nel ciclo neoliberale: un trasformismo intellettuale di massa. In: **Historical Materialism Rome Conference 2015**. Roma, 17-19 settembre 2015.

BOITO Jr, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: Boito, A. e Galvão, A. (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda; Fapesp, 2012.

\_\_\_\_\_. A crise política do neodesenvolvimentismo e a crise da democracia. In: **Crítica marxista**, n.º. 42, 2016a.

\_\_\_\_\_. Os atores e o enredo da crise política. In: **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. In: Jinkings, I. Doria, K. Cleto, M. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2016b.

COITINHO, Rita. M. **Entre duas Américas** (Geografia Política da Inserção do Brasil na América Latina). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2018.

COMPARATO, Fábio K. O impeachment as oligarquias. In: **Carta Capital**, n.º 1001, maio 2018.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 9 ed. Trad. M. R. Braga. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

- DRUMMOND, Carlos. A marinha mostra o rumo. In: **Carta Capital**, n°. 974, out. 2017.
- ESCOBAR, Pepe. **Império do Caos**. Vol 1. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- FERRARI, Levi. B. Da nova guerra fria ao *impeachment* de Dilma. In: Proner, C., Cittadino, G., Tenenbaum, M. e Filho, W. R. (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru-SP: Canal 6, 2016.
- GALVÃO, Luís A. A crítica acrílica da razão dualista. In: **Debate e Crítica**, n° 3, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.
- GRIMALDI, Fulvio. Milosevic, l'ultima entrevista. In: GIUSTI, Roberto e HÖBEL, Alexander. **La NATO in Jugoslavia: dalla guerra al colpo di Stato**. Napoli: La Città del Sole, 2001.
- LÊNIN, Vladimir I. Prefácio à segunda edição. In: **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. J. P. Netto. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. De La ciudad a La sociedad urbana. In: **La revolución urbana**. 4 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- LIGOURI, Guido. **Berlinguer rivoluzionario**. Il pensiero político di un comunista democratico. Roma: Carocci, 2014.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. Trad. E. dos S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOSURDO, Domenico. Existe oggi un imperialismo europeo? **L'Ernesto Rivista**, set. 2004.
- \_\_\_\_\_. **La non-violenza**. Una storia fuori dal mito. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- \_\_\_\_\_. **La lotta di classe**. Una storia politica e filosofica. Roma-Bari: Laterza, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Il marxismo occidentale**. Come nacque, come morì, come può rinascere. Bari-Roma: Laterza, 2017.
- MAMIGONIAN, Armen. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? **Ciência Geográfica**, Bauru, n°. 10, vol. 10 (2), maio/agosto, 2004.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. Trad. M. H. B. Alves. São Paulo: Martins, 1983.
- MORTON, Adam. Gramsci em movimento: a espacialidade da revolução passiva. Trad. D. Mussi e C. Góes. In: **Gramsci: periferia e subalternidade**. Del Roio, M. (org.). São Paulo: Edusp, 2017.

- NASSIF, Luis. Lava Jato: tudo começou em junho de 2013 com a Primavera brasileira. In: Proner, C., Cittadino, G., Tenenbaum, M. e Filho, W. R. (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru-SP: Canal 6, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- POMAR, Valter. Brasil: variáveis estratégicas. In: **Crítica marxista**, nº. 42, 2016.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, vol. 1, nº. 4, out.-dez. 1981.
- \_\_\_\_\_. **Economia: milagre e anti-milagre**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- REHMANN, Jan. **I nietzscheani di sinistra: Deleuze, Foucault e il postmodernismo: una decostruzione**. Trad. Azzarà, S. G. Roma: ODRADEK, 2009.
- ROUSSEFF, Dilma. A segunda Torre de Dilma. **Valor Econômico**, 17.03.2017. Entrevista a Maria Cristina Fernandes.
- SAAD FILHO, Alfredo. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. In: **Crítica marxista**, nº. 42, 2016.
- SAFATLE, Vladimir. Parar de crescer. In: **Carta Capital**, nº 784, jan. 2014. <https://www.cartacapital.com.br/revista/784/parar-de-crescer-5994.html> (Acesso 25.05.18)
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Wanderley G. dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SILVA, Marcos A. da. La crisi politica brasiliana. **Gramsci Oggi**, nº. 2, jul. 2013a.
- \_\_\_\_\_. Na senda do reformismo: o Brasil sob os governos do PT. **Crítica e sociedade: revista de cultura política**, vol. 3, nº. 2, dez. 2013b.
- \_\_\_\_\_. Imperialismo e geopolítica: a luta de classes nas eleições brasileiras. **Princípios**, nº. 131, jun.-jul. 2014.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.
- STONE, Oliver. **As entrevistas de Putin**. Trad. C. Szlak, Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

## **Brasil, a Antessala do Golpe: reformismo fraco, crise orgânica e geopolítica mundial**

### **Resumo**

Utilizando as categorias de análise de Antonio Gramsci em sua intrínseca espacialidade, bem como explorando as fortes conexões geográficas ligadas ao desenvolvimento desigual que toca ao processo histórico da formação social brasileira, e em especial as ligações com a geopolítica mundial e a divisão internacional do trabalho a este desenvolvimento inerentes, o artigo discute as condições que forjaram o golpe de Estado contra Dilma Rousseff no ano de 2016. A abordagem proposta volta-se para a crítica seja da explicação economicista, seja daquela que despreza as relações sociais que se enraízam na produção capitalista. Busca-se com isto uma interpretação em termos de totalidade social, que é o sentido da crise orgânica em Gramsci, pondo em evidência as relações entre estrutura, espaço e superestrutura. Do ponto de vista do processo histórico da formação social brasileira, o artigo parte de um diálogo com interpretações clássicas e atuais que fornecem elementos à definição do problema do desenvolvimento desigual em suas relações internas e internacionais. A conclusão indica que o golpe brasileiro de 2016 resultou de uma complexa imbricação entre as contradições internas da formação social nacional, elas mesmas de aberta expressão espacial, e os mais recentes interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

**Palavras-chave.** Crise orgânica, espacialidade, geopolítica, golpe no Brasil.

## **Brasil, la antessala del golpe: reformismo débil, crisis orgánica y geopolítica mundial**

### **Resumen**

Utilizando las categorías de análisis de Antonio Gramsci en su intrínseca espacialidad, así como explorando las fuertes conexiones geográficas ligadas al desarrollo desigual que toca el proceso histórico de la formación social brasileña, y en especial los vínculos con la geopolítica mundial y la división internacional del trabajo a este desarrollo inherentes, el artículo discute las condiciones que forjaron el golpe de Estado contra Dilma Rousseff en el año 2016. El enfoque propuesto se vuelve hacia la crítica tanto de la explicación economicista, sea de aquella que desprecia las relaciones sociales que se arraigan en la producción capitalista. Se busca con ello una interpretación en términos de totalidad social, que es el sentido de la crisis orgánica en Gramsci, poniendo en evidencia las relaciones entre estructura, espacio y superestructura. Desde el punto de vista del proceso histórico de la formación social brasileña, el artículo parte de un diálogo con interpretaciones clásicas y actuales que proporcionan elementos a la definición del problema del desarrollo desigual en sus relaciones internas e internacionales. A conclusión indica que o golpe brasileiro de 2016 resultou de uma complexa imbricação entre as contradições internas da formação social nacional, elas mesmas de aberta expressão espacial, e os mais recentes interesses geopolíticos dos Estados Unidos.

**Palabras clave.** Crisis orgánica, espacialidad, geopolítica, golpe en Brasil.

## **Brazil, the background of the coup d'état: weak reformism, organic crisis and global geopolitics**

### **Abstract**

Using Antonio Gramsci's categories of analysis in his intrinsic spatiality, as well as exploring the strong geographical connections linked to the uneven development that touches the historical process of Brazilian social formation, and especially the links with world geopolitics and the international division of labor inherent to this development, the article discusses the conditions that forged the coup d'état against Dilma Rousseff in the year 2016. The proposed approach turns to the criticism of either the economic explanation or the one that despises the social relations that are rooted in capitalist production. This is an interpretation in terms of social totality, which is the meaning of the organic crisis in Gramsci, highlighting the relations between structure, space and superstructure. From the point of view of the historical process of Brazilian social formation, the article starts from a dialogue with classical and current interpretations that provide elements to the definition of the problem of unequal development in its internal and international relations. The conclusion indicates that the Brazilian coup of 2016 resulted from a complex interplay among the internal contradictions of the national social formation, themselves of clear spatial expression, and the most recent geopolitical interests of the United States.

**Keyword.** Organic crisis, spatiality, geopolitics, coup in Brazil.